

Artur Ratz: As sete saídas tributárias para enfrentar a atual crise

A crise que passamos tem demonstrado um Fisco agressivo, uma inércia referente à reforma fiscal e um desespero em arrecadar tributos que ao invés de incentivar a indústria brasileira a produzir e diminuir desemprego, assim como, um aumento na arrecadação, o Estado tem enfrentado a crise na “contramão” com falta de transparência nos gastos públicos, assistencialismo excessivo e fechamento de empresas.

Essa forma do Estado reagir provocando a quebra de empresas, e sem enfrentar de forma efetiva os problemas, especialmente fiscais, para o resgate da indústria brasileira, me fez lembrar de um livro, recentemente lido (*Paraguay – Atrociudad, Atasco, Auge y la Reinversión*) de um renomado cientista econômico e político paraguaio – José Cantero.

A conclusão desse renomado autor para o enfrentamento da crise paraguaia é a reinvenção. Sim, precisamos tal qual o país vizinho, reinventarmo-nos e após um crescimento de praticamente uma década, antes do último mandato presidencial, criar soluções objetivas para encontrar saídas tributárias viáveis com o fim da retomada do crescimento.

- i. (i) A primeira, portanto, requer a inteligência ou simplificação dos brasileiros para que o sistema tributário encontre soluções inovadoras e simplificadas para lidar com o sistema de arrecadação de tributos que é um verdadeiro caos no país. Necessitamos de uma medida imediata que se refere ao custo de conformidade tributária (*compliance costs of taxation*), é dizer, uma simplificação para redução de valores gastos pelos contribuintes para cumprirem as exigências fiscais.
- ii. (ii) Ainda, um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) demonstra que 41,37% do rendimento dos brasileiros é destinado ao pagamento de tributos em 2015. Isso, pelo menos, é exorbitante, em comparação com a qualidade de serviços públicos oferecidos, principalmente, transporte, saúde, segurança e educação, já que o brasileiro dispõe de parte do seu salário em todos esses serviços de má qualidade oferecidos pelo Estado. O aumento de tributos acima de 40% do PIB vai de encontro com a teoria de Arthur Laffer que defende um ponto limítrofe entre 30 a 35% para que o empresário se mantenha interessado em trabalhar e contribuir, do contrário, a arrecadação passa a cair por ser desproporcional ao trabalho e gerar um clima de confisco.
- iii. (iii) Uma outra saída seria a reestruturação das instituições públicas, com maior transparência na realização de serviços e contratações, pois manter gastos com ministérios e “amigos do planalto”, além de aumento de salários excessivos em todos os demais Poderes da República, faz com que a carga tributária seja maior para “banciar” toda essa gente. A carga só aumenta com a evolução da corrupção nessas instituições. Precisamos de controle e transparência, soluções vantajosas ao país, e otimizar ao máximo a mão de obra e capacidade intelectual dos servidores públicos, não ao contrário, incentivar uma verdadeira “máquina de destruição de recursos financeiros”, parafraseando José Cantero.
- iv. (iv) É fundamental também, que deixemos de gastar o dinheiro público e passemos a investir o dinheiro público. Essa é uma opção de político- tributária, pois estradas, ferrovias e hidrovias

desenvolvidas significam uma necessidade menor de arrecadar tributos. O tempo que gastamos com a ineficiência dos meios de transporte no país reflete diretamente em uma necessária arrecadação para a manutenção de uma “máquina ineficiente”. O custo Brasil aumenta.

- v. (v) O investimento estrangeiro, por sua via, deve ser de qualidade e suficiente para alavancarmos a tecnologia e conhecimento em setores da indústria ainda inexistente. Temos que dar um “basta” no exclusivo fornecimento de *commodities*. Essa falta de desenvolvimento das indústrias direcionadas ao futuro custa ao país um preço caro – maior arrecadação de tributos.
- vi. (vi) A imagem do país deve ser preservada no mercado internacional para atrair investimentos concretos de pouco grau especulativo, para tanto, é necessário oferecer infraestrutura suficiente para que investidores locais e estrangeiros acreditem no país. Isso custa uma carga tributária desproporcional com a qual convivemos hoje e que nenhum estrangeiro entende. Poucos brasileiros, aliás, entendem.
- vii. (vii) Não podemos, por fim, deixar de falar da possibilidade de um caixa estatal mais seguro, com a maior participação das pequenas e médias empresas na economia, ou seja, inclusão produtiva. Mais de 90% das empresas no Brasil representam pouco mais de 5% da arrecadação, é dizer, a “massa” de arrecadação está direcionada somente às grandes empresas. Logo, é fundamental dividir responsabilidades no mercado local e trabalhar pelo desenvolvimento de um maior número de empresas que contribuem para os cofres públicos.

Portanto, as soluções são imediatas, caso exista interesse político para tanto, ou seja, é possível implementar nessa crise a simplificação de obrigações fiscais, a redução de impostos para fomentar a economia, estruturar das instituições públicas para otimizar o serviço público prestado ao contribuinte sem excessos e gastos desnecessários, além do controle da corrupção, assim como, é fundamental que a infraestrutura no país seja baseada em investimentos e não em gastos, para uma atração de investidores estrangeiros e confiabilidade no país com a imagem internacional.

Não nos esqueçamos da política agregada de inclusão das pequenas e médias empresas que podem contribuir para o desenvolvimento e arrecadação de tributos no Brasil.

Date Created

01/11/2015